

continuação				
dos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. 3.3. Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.				
4. Instrumentos financeiros por categoria				
	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Ativos e Passivos mensurados ao custo amortizado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 6)	–	–	91.601	23.221
Aplicações financeiras (Nota nº 7)	106.690	31.082	–	–
Contas a receber (Nota nº 8)	–	–	58.708	49.859
	106.690	31.082	150.309	73.080
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e debêntures (Nota nº 15) (i)	–	–	2.616.142	2.219.780
Arrendamento mercantil operacional (Nota nº 16)	–	–	5.748	13.469
Fornecedores (Nota nº 14)	–	–	260.010	247.407
Fornecedores – Partes relacionadas (Nota nº 17)	–	–	–	129
Outros passivos	–	–	6.406	3.902
	–	–	2.888.306	2.484.327
(i) Valor líquido do custo de transação.				
5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros – A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vendidos ou impaired pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:				
	31/12/2021		31/12/2020	
Contas a receber				
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Pedágios		57.002		48.395
Receitas acessórias		1.706		1.464
Total de contas a receber		58.708		49.859
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras				
Contrapartes com classificação externa de crédito				
Instituição financeira (i)		87.616		19.318
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		87.616		19.318
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Caixa geral		5		5
Bancos conta movimento		2.057		1.775
Numerários em trânsito		1.328		1.470
Fundo de troca		595		653
		3.985		3.903
		91.601		23.221
(i) A Companhia está sujeita à risco quanto a aplicação de recursos em instituições financeiras de mercado. A avaliação das instituições financeiras é realizada com base na análise do rating, conforme agências classificadoras de risco. O quadro a seguir demonstra os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Fitch, Moody's e Standard & Poor's, para as instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2021.				
	Fitch	Moody's	Standard & Poor's	
Banco do Brasil S.A.	BB-	Ba2	BB-	
Banco BTG Pactual S.A.	AA-	AAA	AAA	
Banco Santander S.A.	–	Aaa	AAA	
Banco Finaxis S.A.	AAA	–	–	
Banco ABC do Brasil S.A.	AAA	AA+	AAA	
Banco Safra S.A.	–	Ba1	–	
6. Caixa e equivalentes de caixa				
		31/12/2021		31/12/2020
Caixa geral		5		5
Numerários em trânsito (i)		1.328		1.470
Fundo de troca		595		653
Bancos conta movimento		2.057		1.775
Aplicações financeiras (ii)		87.616		19.318
		91.601		23.221
(i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do período correspondente; (ii) Referem-se aos Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e às operações compromissadas, remuneradas por taxas que variam entre 85% e 103% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a fundos de investimentos remunerados, a taxa média de 100% do CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.				
7. Aplicações financeiras				
		31/12/2021		31/12/2020
Aplicações financeiras (i)		27.683		31.082
Total de aplicações financeiras		27.683		31.082
Aplicações financeiras vinculadas (ii)		79.007		–
Total de Aplicações financeiras vinculadas		79.007		–
		106.690		31.082
Circulante		–		8.009
Não circulante		106.690		23.073
(i) Em 31 de dezembro de 2021, compõe o saldo de aplicações financeiras o montante de R\$ 27.683 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 31.082), referente a aquisições de 735 cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Fornecedores CRB ("FIDC") ou "Fundo" efetuadas a partir de 29 de março de 2017, remuneradas à taxa de 100% do CDI. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado e tem como objetivo fortalecer os fornecedores da Companhia, de modo a propiciar aos mesmos o recebimento antecipado das vendas e taxas mais atrativas, quando comparadas às de mercado. É vetada a participação das empresas dos controladores do qual a Companhia faz parte como investidora e/ou sacada do Fundo. O Fundo tem por objeto a valorização das suas cotas, através da aplicação de seus recursos na aquisição de direitos creditórios que os fornecedores detêm contra a Companhia, sendo o saldo residual de caixa aplicado em instituições de 1ª linha, devidamente verificados e validados conforme critérios de elegibilidade e a gestão deste Fundo fica a cargo de uma administradora especializada;				
(ii) A aplicação financeira vinculada, refere-se à composição da conta pagamento atrelada à 2ª Emissão das Debêntures CBBAN. Conforme disposição contratual, a partir de 01 de janeiro de 2021, a Companhia deverá depositar parcelas mensais que sejam necessárias, para que em 15 de abril de 2025, a Conta Pagamento ODRTR11 compreenda o montante mínimo suficiente para quitação integral das Debêntures ODRTR11, incluindo o valor nominal unitário, remuneração e eventuais encargos moratórios e qualquer outro valor devido no âmbito da Debênture ODRTR11. A remuneração média da aplicação financeira no Fundo DI Títulos Públicos Premium (Santander) foi de 98,62% do CDI, nos últimos doze meses.				
8. Contas a receber				
		31/12/2021		31/12/2020
Automotive Vehicle Identification ("AVI") (i)		50.317		45.162
Vale pedágio (i)		6.685		6.391
Receitas acessórias		1.706		1.464
		58.708		53.017
Ativo circulante		54.040		49.859
Ativo não circulante		4.668		3.158
(i) As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entendeu que não se fazia necessária a constituição de provisão para perdas esperadas sobre créditos de liquidação duvidosa das contas a receber. 9. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos – Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos: Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como a seguir:				
		31/12/2021		31/12/2020
Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base negativa (i)		248.066		186.423
Benefício fiscal (ágio) (i)		19.599		39.198
Provisão para contingências (i) (a)		6.756		5.083
Outras Provisões (i) (a)		260		284
Provisão para conserva especial (i) (a)		3.214		8.044
Participação nos lucros e resultados (i) (a)		1.607		1.778
Resultado diferido (CPC 47) (i) (a)		1.756		–
		281.258		240.810
Passivo não circulante				
Amortização da outorga (curva de demanda)		58.590		56.058
Margem de construção		8.206		7.495
Encargos financeiros		1.162		1.478
Juros e encargos capitalizados		21.089		5.373
Ajuste de adoção inicial (art. 69 Lei nº 12.973)		49.997		52.882
Arrendamento Mercantil		(325)		(479)
		136.719		122.806
		31/12/2021		31/12/2020
Tributos diferidos líquidos				
Tributos diferidos ativos		281.258		240.810
Tributos diferidos passivos		(138.719)		(122.806)
		142.539		118.004
A variação líquida em 31 de dezembro de 2021, quando comparada com o saldo em 31 de dezembro de 2020, relativa aos impostos diferidos totalizou um aumento de R\$ 24.535. (i) A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e o ágio (fundamentado em perspectiva de resultados futuros) reconhecido em função da incorporação de parte do acervo líquido da Controladora anterior (Odebrecht TransPort Participações S.A.), a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:				
	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefício fiscal (ágio)	Outros (a)	Compensação
Ano				
2022	8.327	19.599	–	27.926
2023	27.109	–	–	27.109
2024	38.398	–	–	38.398
2025	41.292	–	–	41.292
2026 em diante	132.940	–	–	132.940
	248.066	19.599	13.593	281.258
a) Diferenças temporárias de provisão para PLR, contingências, conserva especial e outros resultados diferidos que sofrem movimentações constantes de adições e exclusões, durante todo o período da concessão. Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro tributável que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.				
10. Depósitos judiciais				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributários (i)	Regulatórios
Saldos em 31 de dezembro de 2020	401	1.750	65.813	1.835
Adições	130	102	278	–
Baixas	(155)	(157)	(186)	(347)
Atualização monetária	35	146	2.896	176
Saldos em 31 de dezembro de 2021	411	1.841	68.801	1.664
(i) Em 03 de agosto de 2018, a Companhia entrou com pedido de tutela provisória de urgência de natureza cautelar, conforme Processo nº 5019449-37.2018.4.03.6100, com a finalidade de que seja declarado o direito de exclusão do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido à dedução decorrente da amortização do ágio oriundo da incorporação de parte do acervo cindido do seu antigo acionista Odebrecht Participações S.A., ocorrida em 21 de dezembro de 2012, relativo às apropriações dos anos-calendário de 2014 a subsequentes. Em 14 de agosto de 2018, foi proferida a decisão em caráter liminar indeferindo a tutela de urgência pleiteada na ação, mas ficando autorizado o depósito judicial, o qual foi efetuado no dia 15 de agosto de 2018, no valor total de R\$ 37.369 (trinta e sete mil, trezentos e sessenta e nove mil), como forma de suspender à exigibilidade dos tributos referidos. A Companhia mantém a regularidade da realização dos depósitos judiciais relacionados ao processo do Agio, em consonância com a sua apuração do IRLP e da CSLL corrente. Até o exercício				

continuação

		31/12/2021	31/12/2020	
Receitas financeiras		5.970	5.526	
Receita de aplicações financeiras		12.747	4.394	
Outras		18.717	9.920	
Resultado financeiro, líquido		(397.943)	(259.769)	
(i) Variação da correção monetária relacionada à oscilação do IPCA; (ii) Reversão do AVP da provisão da conserva especial devido à realização de obras de recapeamento asfáltico e sinalização no Corredor Dom Pedro I. A seguir demonstramos a reconciliação de juros, correções e custo de transação, sobre debêntures, apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como a capitalização de juros no ativo de contrato e o resultado financeiro:				
		31/12/2021	31/12/2020	
Juros e encargos sobre debêntures (Nota 15 (e))		(365.743)	(210.482)	
Custos de transação sobre debêntures (Nota 15 (e))		(51.506)	(46.988)	
Total de juros e encargos sobre debêntures		(417.249)	(257.470)	
Capitalização de juros e encargos sobre debêntures (Nota 11)		47.106	15.962	
(-) Margem de construção ICPC 01 ativo de contrato (Nota 11 (iii))		(471)	(160)	
Total de despesas de juros, encargos e custo de transação		(370.614)	(241.668)	
Juros sobre debêntures		(168.751)	(131.224)	
Correção monetária sobre debêntures		(196.992)	(79.259)	
Custos de transação sobre debêntures		(51.506)	(46.988)	
(-) Capitalização de juros e encargos sobre debêntures		46.635	15.803	
Total de reconciliação de juros, encargos e custo de transação		-	-	
27. Outras receitas (despesas) líquidas		31/12/2021	31/12/2020	
Baixa do ativo intangível		(85)	(333)	
Baixa do ativo imobilizado		(3)	(86)	
Baixa líquida de arrendamento – CPC 06 (R2)		78	47	
Outras despesas com tributos		(53)	18	
		(63)	(354)	
Venda de ativo imobilizado		733	1.008	
Indenizações		744	-	
Outras receitas		626	942	
		2.103	1.950	
		2.040	1.596	

Ramo	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Responsabilidade
Risco de Engenharia	AXA Seguros S.A.	15/03/2021	15/03/2025
Risco operacional	AXA Seguros S.A.	29/12/2021	29/12/2022
Seguro de Riscos Administrativos – D & O	AXA Seguros S.A.	01/06/2021	01/06/2022
Seguro Garantia Judicial	Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	11/05/2020	11/05/2025
Seguro Garantia Judicial	Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	11/07/2019	11/07/2022
Garantia de Concessões Públicas	Fator Seguradora S.A.	29/06/2021	29/06/2022
Garantia de Concessões Públicas	Fator Seguradora S.A.	29/06/2021	29/06/2022
Seguro de Engenharia	Fator Seguradora S.A.	15/03/2019	15/03/2022
Seguro de Imóvel	Fator Seguradora S.A.	27/09/2021	27/09/2022
Seguro Garantia Judicial	Fator Seguradora S.A.	07/07/2020	07/07/2025
Seguro Garantia Judicial	Fator Seguradora S.A.	17/03/2021	17/03/2026
Seguro Garantia Judicial	Fator Seguradora S.A.	12/07/2021	12/07/2026
Seguro Garantia Judicial	Fator Seguradora S.A.	07/07/2020	07/07/2025
Seguro Garantia Judicial	Fator Seguradora S.A.	01/10/2021	20/10/2025
Seguro Garantia Judicial	Fator Seguradora S.A.	21/12/2021	14/12/2026
Seguro Garantia Judicial	Fator Seguradora S.A.	01/10/2021	20/10/2025
Risco de Engenharia	HDI Global Seguros S.A	15/03/2020	15/03/2025
Equipamentos Móveis	Tokio Marine Seguradora S.A.	30/04/2021	30/04/2022
Responsabilidade Civil	Tokio Marine Seguradora S.A.	29/12/2021	29/12/2023
Seguro de Veículo	Tokio Marine Seguradora S.A.	30/09/2021	30/09/2022

(*) 100% a 110% da Tabela FIPE.

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

		31/12/2021	31/12/2020
28. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos – Reconciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social – Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:		31/12/2021	31/12/2020
		(72.595)	39.044

Resultado antes dos impostos

Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)

Adições/Exclusões permanentes, líquidas

Efeito IR e CSLL no resultado

IR e CSLL diferido

Total de IR e CSLL correntes e diferidos

29. Demonstração do fluxo de caixa – A seguir, demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	(18.430)	(26.668)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(18.430)	(26.668)
Adições de ativo imobilizado	(152)	6.101
Adições de ativo intangível	16.620	20.567
Adições de direito de uso	(4.127)	(1.466)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	12.341	25.202
Custo de transação CCB Santander	(450)	-
Adições de arrendamento operacional	6.539	1.466
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	6.089	1.466

30. Seguros – A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

	Vigência	Limite Máximo de Responsabilidade
	De	Até
	15/03/2021	15/03/2025
	29/12/2021	29/12/2022
	01/06/2021	01/06/2022
	11/05/2020	11/05/2025
	11/07/2019	11/07/2022
	29/06/2021	29/06/2022
	29/06/2021	29/06/2022
	15/03/2019	15/03/2022
	27/09/2021	27/09/2022
	07/07/2020	07/07/2025
	17/03/2021	17/03/2026
	12/07/2021	12/07/2026
	07/07/2020	07/07/2025
	01/10/2021	20/10/2025
	21/12/2021	14/12/2026
	01/10/2021	20/10/2025
	15/03/2020	15/03/2025
	30/04/2021	30/04/2022
	29/12/2021	29/12/2023
	30/09/2021	30/09/2022

31. Lucro (prejuízo) por ação – Básico: O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas.

Lucro (prejuízo) do exercício

Quantidade média ponderada de ações (milhares)

Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações

(a) Diluído: A Companhia não possui dívida conversível em ações ou opções de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

		Diretoria	Contador
Douglas Longhi	André de Paula Yusiasu	Aliton da Silva de Oliveira	
Diretor Presidente	Diretor Administrativo-Financeiro e RI	CRC 1BA 026.104/O-8 “SP”	

acordo com os requerimentos do CPC 01 (R1)/IAS 36; – Análise, por nossos especialistas, das premissas adotadas e metodologia de cálculo, também com as considerações de projeções em função do cenário da pandemia Covid-19; – Análise, por nossos especialistas, das bases, premissas e cálculos aplicados na constituição das provisões de impostos diferidos; – Confronto das projeções aprovadas pela Administração com os orçamentos utilizados pela Companhia para determinação da recuperabilidade do ativo intangível e dos impostos diferidos; – Questionamos e corroboramos com informações setoriais as principais premissas adotadas pela Administração; – Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação do valor recuperável dos impostos diferidos e dos ativos intangíveis de concessão de rodovias atendem aos requisitos descritos no CPC 01 (R1)/IAS 36, bem como se as respectivas divulgações das Notas Explicativas nos 09 e 13 estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes. **Passivo contingente – ágio apurado na incorporação reversa:** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 20 às demonstrações contábeis, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, que glousou o direito de excluir do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a dedução apropriada, nos anos-calendário de 2014 e subsequentes, da amortização do ágio oriundo da incorporação reversa de parte do acervo cindido do seu antigo acionista controlador. A Companhia, conforme descrito na Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, não possui passivo contingente para o exercício em curso, depositando em juízo o objeto da auditoria para discutir judicialmente o assunto. O valor do passivo contingente não está provisionado, considerando que o risco de perda foi classificado como possível pela Administração e seus assessores jurídicos. Considerando que a matéria em questão não tem jurisprudência formada em decisões de Tribunais Superiores e a relevância dos valores envolvidos, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria para passivo contingente, especificamente em relação ao processo que envolve a causa tributária decorrente da autuação da Receita Federal do Brasil quanto à glosa da amortização de ágio nas bases de cálculo do imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, envolveram a participação de nossos especialistas na área tributária para avaliação dos argumentos legais e jurisprudenciais apresentados por nossos especialistas. A Companhia classificou o risco envolvido como possível nos referidos processos. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a conclusão da Companhia, no contexto das demonstrações tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, estão conciliadas com as demonstrações contábeis, e registros contábeis, conforme aplicável, se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o relatório da administração quando ele for disponibilizado a nós, e fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, incorreto, enganoso ou inconsistente com as demonstrações contábeis, o conteúdo obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato à governança da Companhia e ao seu correspondente órgão regulador. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários

para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso – identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, incluindo os riscos de fraude, e planejamos e executamos os procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação de fatos intencionais; – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; – Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza em relação a eventos ou condições que possam levar a uma alteração de base contábil significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, de assuntos planejados, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, a divulgação de assuntos não é considerada apropriada para a comunicação pública, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de março de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes S/S	Eduardo Afonso de Vasconcelos
CRC 2SP 013.846/O-1	Contador
CRC 1SP 166.001/O-3	